



2615732

00135.221621/2019-18

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS****ATA DE REUNIÃO**

Aos 08 dias do mês de novembro do ano de 2021, às 10h00, os seguintes membros do Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles – CIGRC, instituído pela Portaria nº 23, de 15 de fevereiro de 2019, bem como os demais representantes de unidades do MMFDH, reuniram-se para a realização da 12ª Reunião do CIGRC: Secretária-Executiva - Tatiana Barbosa de Alvarenga; Secretária-Executiva Adjunta – Viviane Petinelli e Silva; Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – Sérgio Nogueira Seabra; Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – Cristiane Rodrigues Britto; Secretaria Nacional da Juventude – Emilly Rayanne Coelho Silva; Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Claudio de Castro Panoeiro; a Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Maurício Cunha; e a Secretaria Nacional de Proteção Global – Mariana de Sousa Machado Neris, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Antônio Fernandes Toninho Costa.

Também estavam presentes o Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais – Milton Nunes Toledo Junior; a Subsecretária de Orçamento e Administração – Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu; a Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, Viviane Dutra; o Diretor do Departamento de Desafios Sociais no Âmbito Familiar, Daniel Celestino; a Coordenadora-Geral da Comissão de Anistia – Elaine Cristina Guedes Martins Della Nina; o Diretor de Projetos, Parcerias e Integração Institucional da Secretaria-Executiva – Pedro Paulo Teófilo Magalhães de Hollanda; a Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva – Ana Lúcia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis; o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Claudio Oliveira; o Assessor Técnico da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos – Rodrigo Leite; o Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais – Rodrigo José Henriques Faria; e o Jornalista da Assessoria de Comunicação - Tadeu Pinto.

A Secretária-Executiva, Tatiana Barbosa de Alvarenga, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e observou que estamos no último bimestre e deve-se focar na análise da execução da efetividade das ações do MMFDH desse ano, alinhadas ao portfólio estratégico. A Secretária Tatiana citou, ainda, os pontos de pauta da 12ª reunião, a saber: deliberação do Portfólio Estratégico, deliberação do Metodologia de Gestão de Riscos, monitoramento dos resultados dos Indicadores estratégicos e orientações gerais a respeito da Instituição do Subcomitê Assessor – CIGRC, da Revisão dos Resultados Intermediários do Plano Plurianual, da Revisão dos Indicadores Estratégicos, da Mensagem Presidencial e da Reunião Ministerial.

Em seguida, passou a palavra para a Secretária-Executiva Adjunta, Viviane Petinelli, que iniciou sua fala ressaltando o trabalho conjunto com a Ministra, os Secretários Nacionais e as equipes técnicas que possibilitou o desenho das políticas e programas no âmbito do Portfólio Estratégico. Por força de Portaria, a Secretária mencionou que esse Portfólio precisa ser aprovado e ratificado os programas que fazem parte, a saber: Programa Horizontes coordenado pela Secretaria Nacional da Juventude; Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares sendo no bojo da estratégia o Plano de Ação de Fortalecimento de Vínculos Familiares, sob a coordenação da Secretaria Nacional da Família; Política Nacional de Cuidados sob coordenação da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas para as

Mulheres; Programa Nacional de Direitos Humanos com liderança da Secretaria Nacional de Proteção Global; Programa Nacional de enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e o Plano de Ação de Defesa das garantias de direitos das crianças e jovens indígenas, coordenados pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Programa Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Enfrentamento à Discriminação Étnico-racial da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Política Nacional de Direitos das Vítimas de Crimes sob coordenação da Secretaria Nacional de Proteção Global; Programa Abrace o Marajó, que está no âmbito da Secretaria-Executiva; Avaliação Biopsicossocial, conduzida pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e, por fim, o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos, com a paternidade da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e traz no bojo as demais iniciativas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), como o Observatório Nacional de Direitos Humanos que contará com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para que seja uma iniciativa de Estado e agregue diversos Ministérios. Nessa fase de implementação, a Secretaria Viviane passa a palavra para a Secretária Tatiana e submete o Portfólio Estratégico à aprovação do colegiado CIGRC.

A Secretaria-Executiva submeteu à deliberação, que foi aprovado sem ressalvas e pede prosseguimento ao próximo ponto de pauta, passando a palavra para o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Claudio Oliveira.

O Coordenador-Geral falou sobre a Gestão de Riscos no âmbito do MMFDH, feita em atendimento ao Decreto nº 9.206 de novembro de 2017. A Metodologia de Gestão de Riscos foi enviada via SEI 00.135.202591/2017-89 para validação das Unidades e o Coordenador Claudio observou os próximos passos para implementação dessa metodologia, quais sejam: capacitação em gestão de riscos para o Subcomitê Assessor – CIGRC; capacitação no Sistema Ágata – cedido pelo Ministério da Economia, e configuração e disponibilização do Sistema Ágata para utilização nas unidades.

O Assessor Especial de Controle Interno, Sérgio Seabra, pediu a palavra e parabenizou a Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica na condução dos trabalhos dessa agenda e ressaltou que a Capacitação de Gestão de Riscos será com todas as unidades finalísticas e envolverá exercícios reais, com os próprios programas do Ministério. O Assessor de Controle Interno observou também que isto deve ser visto como um instrumento gerencial que auxilia no alcance dos objetivos, não um encargo burocrático.

Após a fala do Assessor Sérgio Seabra, a Secretaria-Executiva Tatiana Alvarenga submeteu para a aprovação do Comitê, que deliberou de forma positiva a Metodologia de Gestão de Riscos no MMFDH.

Em seguida, a Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica, Ana Reis, pediu a palavra e apresentou a “Pirâmide da Governança”, com o Plano Plurianual - PPA na base, em cima o Mapa Estratégico alinhado ao PPA, em seguida, o Portfólio Estratégico – apresentado no início da reunião, acima os Indicadores Estratégicos e, por fim, as Ações, refletidas no Plano de Ação Global – PAG. Por fim, a Diretora mencionou a Mensagem Presidencial, que direcionará o Relatório de Gestão, documento apresentado aos órgãos de controle com o balanço da gestão do ano.

A Secretaria Tatiana deu prosseguimento ao ponto de pauta de reunião, a respeito do Subcomitê Assessor do CIGRC, criado com o intuito de aprimorar a governança e gestão estratégica do MMFDH. Nesta oportunidade, foi apresentado o carômetro dos membros do AS-CIRGC, assim como as principais atribuições e os produtos, a saber: Gestão de Riscos, Indicadores Estratégicos, PPA, PAG, Planejamento Setorial, Relatório de Gestão, entregas da Casa Civil e Mensagem Presidencial. A Secretaria-Executiva ressaltou que os membros desse Subcomitê dão suporte nesses produtos e é muito importante o apoio dos Secretários Nacionais, dos diretores e das equipes técnicas.

Em continuidade, a Secretaria Tatiana passou a palavra para a Diretora Ana Reis que comentou sobre a fase de aprimoramento do Plano Plurianual, o qual passou por um mapeamento das iniciativas que ainda não foram incorporadas como componentes dos Resultados Intermediários. A Diretora Ana recomendou especial atenção às iniciativas que retratem as prioridades ministeriais, listadas no Portfólio Estratégico, como: prevenção ao feminicídio, enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes, enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes indígenas, promoção de cuidados, acessibilidade e inclusão e promoção de direitos de vítimas de crimes de violência.

Dando seguimento à pauta, a Secretária-Executiva Adjunta, Viviane Petinelli, falou a respeito do processo de revisão dos Indicadores Estratégicos, com o objetivo de os aproximar ao que está sendo conduzido no âmbito do Portfólio Estratégico e também de novas iniciativas que alimentam esse portfólio. A Secretaria Adjunta ressaltou a autorização para essa revisão, deliberada na 11ª Reunião de Avaliação da Estratégia, e a Oficina de Capacitação, com os membros do Subcomitê, para contribuição e modelagem na proposta de indicadores. A Secretaria Viviane complementou dizendo que as ações do MMFDH são transversais e semelhantes, e, por isso, serão indicadores que buscarão agregar, respeitando as particularidades, através de índices.

Na sequência, a Secretária-Executiva Tatiana falou a respeito da Mensagem Presidencial, e comentou que a confecção dessa Mensagem é uma oportunidade de reflexão do que evoluiu, visualizar as próximas perspectivas, e ressaltou a contribuição do Subcomitê Assessor na construção desse documento. A Secretaria passou a palavra para a Diretora Ana Reis, que continuou o ponto de pauta dando instruções para a execução desta tarefa, observando o alinhamento com a governança do Ministério.

Em continuidade, a Secretária Tatiana falou sobre a Reunião Ministerial, que contará com a presença da alta gestão do MMFDH, no final de novembro, que abordará o balanço dos resultados de 2021 e priorização de iniciativas para o ano de 2022.

O Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Claudio Oliveira, dá seguimento à pauta e inicia a apresentação do 3º ciclo de monitoramento dos indicadores estratégicos (janeiro – setembro), com 30 indicadores monitorados e 60% destes com meta anual alcançada ou superada. Na sequência, passou a palavra para os Secretários Nacionais apresentarem os resultados do indicador da Unidade.

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto, registrou que foi solicitado que o indicador “Implementação das Casas da Mulher Brasileira” tivesse a meta alterada e que a Casa de Uberaba (MG) será implantada em dezembro deste ano.

A Diretora Ana Reis explicou à Secretaria Nacional, Cristiane Britto, que todas as revisões serão validadas posteriormente e que serão mantidos os indicadores e as metas vigentes para o ano de 2021.

Como representante da Secretaria Nacional da Família, o Diretor do Departamento de Desafios Sociais no Âmbito Familiar, Daniel Celestino, apresentou o indicador “Número de famílias beneficiadas pelo Programa de Equilíbrio Trabalho-Família” que superou a meta e sugeriu que essa fosse revista no processo de revisão. Em relação ao indicador “Número de profissionais capacitados por ações de fortalecimento de vínculos familiares”, o Diretor disse que o indicador também superou a meta prevista para 2021 após o envio da resposta do 3º ciclo de monitoramento.

Em seguida, o Secretário Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha, iniciou a fala comentando que dois indicadores já estão com as metas cumpridas, “Percentual de estados participantes do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM” e “Capacitações gerais SNDCA”, e comentou que a Escola Nacional de Direitos da Criança e do Adolescentes - ENDICA permitiu o avanço na meta. Por fim, discorreu sobre o desempenho do indicador “Conselheiros capacitados”, o qual está abaixo da meta e a SNDCA está com ações a fim de mitigar esse resultado.

Na sequência, a Secretaria Nacional da Juventude, Emilly Coelho, apresentou a superação da meta do indicador “Número de jovens inscritos no Programa ID JOVEM” e mencionou que em novembro foi lançado o novo aplicativo do ID JOVEM. Sobre o desempenho do segundo indicador, “Número de certificados emitidos para jovens no âmbito do Programa Horizontes”, a Secretaria explicou que nenhum dos projetos que foram financiados no edital do ano passado estão em fase de prestação de contas ainda e houve um pouco de demora na liberação dos recursos para início da execução dos editais.

O Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Toninho Costa, cumprimentou a todos e ressaltou que pediu revisão dos indicadores pois a Secretaria está com desafios com as licitações de equipagem e de conselhos, e solicitou que a grande entrega é o Pacto Nacional de Implementação da Política de Direitos da Pessoa Idosa, que alcançou 20 estados brasileiros, esteja contemplado nos indicadores.

O Assessor de Controle Interno, Sérgio Seabra, pediu a palavra e observou que, por determinação dos órgãos de controle, o MMFDH afira e avalie o efeito das equipagens de conselhos da pessoa idosa. O

Secretário Toninho comentou, em resposta, que julgava que essas políticas de equipagem não deveriam ser frutos de emenda parlamentar impositiva, e sim, programa de governo federal.

Na sequência, o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Claudio Panoeiro, comentou sobre o resultado positivo do indicador “Índice de capacitação sobre direitos das pessoas com deficiência patrocinados pelo MMFDH” e destacou que o público-alvo dessa capacitação são fundamentalmente os gestores locais, e os resultados, disponíveis na Escola Virtual de Governo – EVG/ENAP, deixam bem claro o interesse deles em se capacitar em relação à ações voltadas à pessoa com deficiência. Em relação ao outro indicador, “Artigos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) regulamentados”, o Secretário mencionou o passivo deixado pela gestão da ex-Secretária Priscilla, atingindo 15 artigos, ressaltou que passar um decreto pela Esplanada não é algo fácil, duas leis pelo Congresso Nacional também não e esses números refletem na garantia de direitos para a população.

Como representante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais, Rodrigo Faria, falou que o indicador “Somatório da Adesão dos Entes Federados ao Sistema SINAPIR”, está com perspectiva de superação da meta e que a tendência é que se feche com o ano bem acima da meta estipulada. Em relação ao indicador “Índice de construção de cisternas para famílias quilombolas”, o diretor Rodrigo explicou que o Projeto Cisternas é um trabalho em parceria, através de TED, com o Ministério da Cidadania, que estão aguardando uma atualização sobre o desenvolvimento do projeto e que estão trabalhando para entregar o melhor resultado até o final de 2021.

Em seguida, o Secretário Nacional Adjunto de Proteção Global, Eduardo Melo, iniciou a apresentação mencionando o pedido de revisão do indicador “Qualificação profissional e formação em direitos humanos da população LGBT”, pois o repasse de recursos dos convênios atrasou a execução e a Secretaria provavelmente não atingirá a meta estipulada. Os indicadores “Índice de interligação de maternidade a cartórios” e “Número de defensores incluídos nos Programas de Proteção Federal e Estaduais” já atingiram os resultados. Por fim, o Secretário Eduardo destacou que a meta do indicador “Quantidade total de certificados no âmbito do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos” será atingida pois chegarão a mais adesões aos cursos e sugeriu que todos façam o curso do “Panorama Teórico dos Direitos Humanos”.

Para apresentar os indicadores da Secretaria-Executiva, a Subsecretaria de Orçamento e Administração, Lorena Ferrer, ressaltou que os resultados dos indicadores estão muito bons, pois as ações no âmbito das capacitações puderam ocorrer na modalidade virtual, possibilitando atingir mais pessoas. O indicador “Promoção de boas práticas de sustentabilidade”, já atingiu a meta prevista para o ano, e observou as melhorias vinculadas a esse indicador, tais como individualização dos interruptores, troca das lâmpadas por lâmpadas de LED e aprimoramento da coleta seletiva.

Em relação aos indicadores “Ações de desenvolvimento, capacitação ou treinamento” a Subsecretaria ressaltou que foi alcançado mais de 300% da meta e a respeito do “Ações de qualidade de vida no trabalho” explicou que o programa “Somos MMFDH” foi um grande impulsionador do resultado. No que se refere ao desempenho do indicador “Índice de execução orçamentária”, a Subsecretaria mencionou que estão percorrendo o caminho para chegar o mais próximo possível dos 100%, meta estabelecida pela Ministra e pela Secretaria-Executiva. Por fim, sobre o indicador “Satisfação dos gestores internos em relação ao desenvolvimento de sistemas” este não obteve resposta dos gestores sobre o atendimento e também observou a dificuldade de mensuração.

A Secretária Tatiana Alvarenga discorreu sobre o resultado do indicador do “Programa Abrace o Marajó”, que ultrapassou a meta prevista para o ano e ressaltou sobre a revisão do Plano de Ação do Programa.

Na sequência, a coordenadora-geral da Comissão de Anistia, Elaine Della Nina, explicou que o indicador “Requerimentos de anistia encaminhados para análise e decisão” desde o último monitoramento a meta já estava alcançada e que o resultado era esforço e empenho da equipe da Comissão.

Em seguida, o Assessor Especial de Assuntos Internacionais, Milton Toledo, ressaltou a solicitação feita para supressão do indicador “Relatórios internacionais devidos entregues no prazo”, e disse que o resultado será sempre 100% pois nessa atual gestão todos os prazos são cumpridos.

A Secretária Tatiana pediu a palavra e explicou que o processo de exclusão de um indicador passa por rito de aprovação dessa instância e rito de avaliação trimestral dos indicadores que estavam aprovados para esse ano.

Em substituição ao Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Fernando Ferreira, o Assessor Técnico Rodrigo Leite discorreu sobre os três indicadores da Ouvidoria e destacou o desempenho dos indicadores “Melhoria no atendimento de chamadas do DISQUE 100/LIGUE 180” e “Melhoria na distribuição dos atendimentos encaminhados”, que estão a contento, dentro das metas estabelecidas. Em relação ao indicador “Melhoria na efetividade do monitoramento das respostas aos encaminhamentos”, este é mais sensível pois depende da cooperação e do engajamento dos órgãos parceiros para reportar o retorno das denúncias encaminhadas pela Central de Atendimento.

Por fim, a Secretária-Executiva Tatiana Alvarenga agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

TATIANA BARBOSA DE ALVARENGA

Secretária-Executiva

VIVIANE PETINELLI E SILVA

Secretária-Executiva Adjunta

SÉRGIO NOGUEIRA SEABRA

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres

DANIEL CELESTINO DE FREITAS PEREIRA

Diretor na Secretaria Nacional da Família

MAURÍCIO CUNHA

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

EMILLY RAYANNE COELHO SILVA

Secretária Nacional da Juventude

EDUARDO MELO

Secretário Nacional Adjunto de Proteção Global

RODRIGO JOSÉ HENRIQUES FARIA

Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO

Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

ANTÔNIO FERNANDES TONINHO COSTA

Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

ELAINE CRISTINA GUEDES MARTINS DELLA NINA

Coordenadora-Geral da Comissão de Anistia

RODRIGO LEITE DA SILVA

Assessor da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

MILTON NUNES TOLEDO JUNIOR

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais



Documento assinado eletronicamente por **Milton Nunes Toledo Junior, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais**, em 22/11/2021, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício José Silva Cunha, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 22/11/2021, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Leite da Silva, Assessor(a) Técnico(a)**, em 23/11/2021, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nogueira Seabra, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 23/11/2021, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Jose Henriques de Faria, Diretor(a) do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais**, em 23/11/2021, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio De Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, em 23/11/2021, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Rodrigues Britto, Secretário(a) Nacional de Políticas para Mulheres**, em 23/11/2021, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu, Subsecretário(a) de Orçamento e Administração**, em 23/11/2021, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana de Sousa Machado Neris, Secretário(a) Nacional de Proteção Global**, em 23/11/2021, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Emilly Rayanne Coelho Silva, Secretário(a) Nacional da Juventude**, em 23/11/2021, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Miranda Freire de Melo, Secretário(a) Adjunto da Secretaria Nacional Proteção Global**, em 23/11/2021, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Cristina Guedes Martins Della Nina, Coordenador(a)-Geral da Comissão de Anistia**, em 23/11/2021, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Petinelli e Silva, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 23/11/2021, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Celestino de Freitas Pereira, Diretor(a) de Desafios Sociais no Âmbito Familiar**, em 29/11/2021, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fernandes Toninho Costa, Secretário(a) Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 30/11/2021, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2615732** e o código CRC **24648A20**.